

SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ



A imunidade de execução de Estados estrangeiros: fundamentos para flexibilização

Caroline Medeiros e Silva



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Centro de Estudos Judiciários

Copyright © Conselho da Justiça Federal

Tiragem: 2.120 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EQUIPE EDITORIAL

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Ministro Raul Araújo

Diretor

Jaqueline Aparecida Correia de Mello

Secretária

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO DO CEJ

Milra de Lucena Machado Amorim

Diretora

Ariane Emílio Kloth

Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos

Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Elisa Maiby Carvalho Augusto

Estagiária

Diagramação e arte-final

Telma Cristina Ikeda Gondo

Servidora da Seção de Programação Visual e Arte-Final

1136548

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

S586i Silva, Caroline Medeiros e.

A imunidade de execução dos Estados estrangeiros : fundamentos para flexibilização. / Caroline Medeiros e Silva. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2018.

504 p. – (Série monografias do CEJ ; v. 31).

ISBN 978-858296025-7

1. Imunidade de execução, direito comparado. 2. Jurisdição internacional. 3. Responsabilidade do Estado. 4. Direito internacional público. 5. Arbitragem internacional. I. Série.

CDU 341.1/8

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A IMUNIDADE DE EXECUÇÃO DOS ESTADOS ESTRANGEIROS.....	17
1.1 Histórico e evolução do tema: teoria Drago e espécies de medidas executórias.....	17
1.2 Relação com a imunidade de jurisdição	38
1.3 Panorama atual: o óbice à concreção dos julgados	46
1.3.1 Exceções à imunidade de execução.....	51
1.3.1.1 Renúncia à imunidade	52
1.3.1.2 Bens designados para satisfação da condenação	59
1.3.1.3 Bens destinados a fins não governamentais.....	61
1.3.2 Vinculação do bem ao objeto da ação ou à entidade executada.....	64
1.3.3 Distinção entre tipos de bens conforme sua natureza: uso <i>iure imperii</i> x <i>iure gestionis</i>	72
1.3.3.1 Prédios (e propriedades) diplomáticos	76
1.3.3.2 Centros culturais e escritórios de informação.....	80
1.3.3.3 Bens militares e navios de guerra	83
1.3.3.4 Fundos de bancos centrais	89
1.3.3.5 Contas bancárias de missões diplomáticas (embaixadas ou consulados)	95
1.3.3.6 Bens integrantes da herança cultural e exposições de interesse científico, histórico e artístico	106
1.3.4 Prova da finalidade para a qual o bem está destinado..	113

1.3.5	Limitação territorial e cooperação direta	116
2	TRATAMENTO DISPENSADO PELAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	121
2.1	Exame da imunidade de execução no âmbito nacional	121
2.1.1	América do Norte	123
2.1.1.1	Estados Unidos da América (FSIA – 1976).....	127
2.1.1.2	Canadá (SIA – 1985)	150
2.1.2	Europa	157
2.1.2.1	Reino Unido (SIA – 1978)	159
2.1.2.2	França.....	167
2.1.2.3	Rússia	175
2.1.3	Oceania.....	178
2.1.3.1	Austrália (FSI - 1985).....	179
2.1.4	Ásia	187
2.1.4.1	Japão (ACJ – 2009)	189
2.1.5	América do Sul	195
2.1.5.1	Argentina (1995)	195
2.1.5.2	Brasil.....	196
2.2	Convenções Internacionais	207
2.2.1	Convenção de Bruxelas (1926)	208
2.2.2	Convenção de Viena (1961)	210
2.2.3	Convenção de Viena (1963)	213
2.2.4	Convenção Europeia sobre imunidade de Estados (1972)	214
2.2.5	Convenção ONU sobre Direito do Mar (Montego Bay – 1982)	227
2.2.6	Anteprojeto da <i>International Law Association</i> (ILA) para Con- venção sobre imunidade de Estado (1982).....	230

2.2.7	Resolução do Instituto de Direito Internacional (1991) ..	236
2.2.8	Convenção ONU sobre imunidade de jurisdição do Estado e de suas propriedades (2004)	241
2.2.8.1	Conclusões preliminares sobre a Convenção da ONU de 2004	255
3	APLICAÇÃO DA IMUNIDADE DE EXECUÇÃO PELOS TRIBUNAIS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS.....	267
3.1	Interpretação legal do instituto pelas Cortes nacionais: resenha de casos	268
3.1.1	Estados Unidos da América (EUA).....	269
3.1.1.1	<i>City of New Rochelle v. Republics of Ghana, Indonesia, and Liberia</i> (1964).....	270
3.1.1.2	<i>United States v. County of Arlington</i> (1982).....	271
3.1.1.3	<i>City of Englewood v. Socialist People of Libya</i> (1985)	274
3.1.1.4	<i>Af-Cap, Inc. v. Republic of Congo</i> (2004).....	275
3.1.1.5	<i>Banco de Connecticut v. Congo</i> (2006)	276
3.1.1.6	<i>Índia v. Cidade de Nova Iorque</i> (2007).....	277
3.1.2	Canadá.....	281
3.1.2.1	<i>Cidade de Ottawa v. França, EUA e Brasil</i> (1943)	282
3.1.2.2	<i>Kuwait Airways Corp. c. Irak</i> (2010).....	285
3.1.3	Argentina.....	290
3.1.3.1	<i>Obras Sanitárias de La Nación v. Embaixada da URSS</i> (2001)	291
3.1.3.2	<i>Execução administrativa contra Embaixada do Reino da Arábia Saudita</i> (2004)	292
3.1.4	França	295
3.1.4.1	<i>Sonatrach c/ Migeon</i> (1985)	298
3.1.4.2	<i>Ambassade de La fédération de Russie v. Société Noga</i> (2001).....	300

3.1.4.3	República Federal da Alemanha v. Particular (2008)	303
3.1.4.4	República da Argentina v. NML Capital (2013)....	304
3.1.5	Alemanha	307
3.1.5.1	<i>The Philippine Embassy Bank Account Case</i> (1977)	309
3.1.6	Itália	312
3.1.6.1	<i>Condor and Filvem v. Ministry of Justice</i> (1992)	316
3.1.7	Espanha.....	319
3.1.7.1	Diana G. Abbott v. África do Sul (1992)	319
3.1.8	Grécia	321
3.1.8.1	<i>Distomo Massacre Case</i> (1997).....	323
3.1.9	Bélgica	325
3.1.9.1	Iraque v. SA Dumez (1995 e 2002)	327
3.1.10	Reino Unido	331
3.1.10.1	<i>Alcom Ltd v. Republic of Colombia</i> (1984)	334
3.1.10.2	<i>SerVaas Incorporated v Rafidain Bank e outros</i> (2012).....	337
3.1.11	Suíça	339
3.1.11.1	<i>République Arabe d'Egypte v. Cinetel</i> (1979).....	341
3.1.12	Suécia	344
3.1.12.1	<i>Russian Federation v. FJS</i> (2011)	345
3.1.13	Brasil	349
3.2	A imunidade de execução aplicada segundo os Tribunais Internacionais	366
3.2.1	Corte da Haia (<i>International Court of Justice – ICJ/Hague</i>).....	367
3.2.1.1	Alemanha v. Itália; <i>Greece intervening</i> (2012).....	368
3.2.2	Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH).....	394
3.2.2.1	<i>Al-Adsani</i> (2002)	394

3.2.2.2	<i>Kalogeropoulou</i> e outros v. Grécia e Alemanha (1994)	397
3.2.3	Tribunal de Justiça da União Europeia.....	399
3.2.3.1	<i>Ahmed Mahamdia</i> c. República Democrática e Popular da Argélia (2012).....	400
4	ARBITRAGEM INTERNACIONAL: EXECUÇÃO DE LAUDOS ARBITRAIS	405
4.1	Visão geral do tratamento dispensado pelas legislações nacionais e convenções internacionais	405
4.1.1	Cláusula compromissória ou compromisso arbitral constituem renúncia à imunidade de execução?.....	408
4.2	Jurisprudência sobre execução de laudos arbitrais.....	414
4.2.1	França	415
4.2.1.1	<i>Société Eurodif v. République islamique d'Iran</i> (1984)....	419
4.2.1.2	<i>État du Qatar v. Société Creighton</i> (2000)	422
4.2.1.3	<i>Société nationale des pétroles du Congo v. Sté AF-Cap</i> (2007).....	428
4.2.2	Reino Unido	429
4.2.2.1	<i>AIG Capital Partners v. Kazakhstan</i> (2005).....	431
4.2.2.2	<i>Svenska Petroleum Exploration AB v. Lithuania</i> (2006)	433
4.2.2.3	<i>Orascom Telecom Holding SAE v. Chade</i> (2008).....	434
4.2.3	Suíça	437
4.2.3.1	<i>LIAMCO v. Libya</i> (1980)	438
4.2.4	Estados Unidos da América (EUA).....	442
4.2.4.1	<i>Birch Shipping Corp. v. Embassy of United Republic of Tanzania</i> (1980)	447
4.2.4.2	<i>Liberian Eastern Timber Corporation v. Liberia</i> (1987)..	449
4.2.5	Austrália	452
4.2.6	Suécia	455
4.2.7	Brasil	457

5 CONCLUSÕES	473
5.1 Legislação.....	474
5.2 Jurisprudência.....	482
5.3 Sobre a Convenção da ONU de 2004.....	490
REFERÊNCIAS	496